

## Apresentação

---

O grande desafio da universidade latino-americana é responder a uma tríplice missão: tornar socialmente relevante sua capacidade de criação cultural, de inovação científico-tecnológica e de formação de recursos humanos; estender, por equidade, a setores amplos da sociedade os conhecimentos gerados e acumulados na instituição; e assegurar a excelência pela manutenção e a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nas últimas décadas, observa-se na América Latina a mudança no padrão elitista tradicional do ensino superior com um significativo acesso de camadas tradicionalmente excluídas. Esse processo de abertura à universidade de massas fez com que a sociedade penetrasse instituição adentro, carregando junto suas crises e tensões.

O caráter complexo da estrutura universitária conforma-a como uma instituição multifuncional, com desafiantes problemas de gestão e planejamento para assegurar níveis aceitáveis de excelência acadêmica. Em decorrência, a qualidade tornou-se o problema central da universidade latino-americana numa etapa em que tem de gerir, simultaneamente, a massificação da matrícula, a criação e difusão da ciência, a profissionalização da docência, a internacionalização do processo científico e tecnológico, a democratização de suas estruturas, e rever suas relações com o Estado e a sociedade.

Nessa nova conjuntura, a avaliação institucional constitui para os dirigentes universitários uma ferramenta essencial para garantir padrões adequados de qualidade acadêmico-científica, indispensável para o planejamento e a definição das políticas estratégicas e a gestão. Ao mesmo tempo, esta ferramenta permite uma prestação de contas à sociedade sobre o desempenho da universidade na utilização do financiamento governamental e no cumprimento de sua missão pública.

Este número especial sobre a Avaliação Institucional no Brasil apresenta a recente contribuição das universidades públicas federais para o avanço conceitual e metodológico das práticas avaliativas nas universidades brasileiras. A relevância dessa contribuição explica-se porque, apesar da problemática da avaliação estar presente na discussão acadêmica brasileira há mais de uma década, as experiências de avaliação são ainda muito restritas.

Até então, a tentativa mais ambiciosa realizou-se na Universidade de São Paulo, durante o reitorado de José Goldenberg, numa experiência traumática pela publicação na imprensa da "lista dos professores improdutivos". Esse incidente que cria, em meados dos anos 80, uma postura de resistência à idéia de avaliação, politiza-se mais ainda com as propostas neo-liberais do Governo Collor (1990-92). O ex-reitor da USP, assumindo o Ministério da Educação, tentou implementar propostas de avaliação das universidades que indicavam uma clara preferência pelo modelo inglês, baseado em critérios de produtividade acadêmica e estritamente vinculado ao financiamento governamental. A tentativa não logrou êxito e as experiências de avaliação no Brasil limitaram-se às iniciativas de poucas universidades, com níveis de abrangência e metodologias muito diversas. Nos anos 90, iniciaram-se projetos mais amplos de avaliação institucional onde se destaca o da Universidade Estadual de Campinas desde 1991, que teve seus resultados divulgados em livro (1).

A mudança na cultura institucional das universidades públicas federais com relação à avaliação começa, a partir de 1993, por iniciativa de seus reitores. O projeto de avaliação institucional elaborado com a participação de especialistas das principais universidades federais do país, pela Comissão de Avaliação da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) foi aprovado pela unanimidade dos dirigentes das universidades federais. Tornou-se, em consequência, a proposta de referência do sistema de universidades federais e está sendo, voluntariamente, implementado pela maioria das instituições desde 1994.

A posição crítica dos Reitores ao modelo inglês de avaliação viabilizou que se criasse um novo espaço de elaboração conceitual e metodológica, capaz de articular dados quantitativos e qualitativos, com inspiração nas experiências holandesa, francesa e portuguesa. Todos esses fatores fizeram com que essa decisão

adquirisse caráter histórico, por reverter a atitude de resistência das comunidades universitárias ao processo de avaliação, adotando um processo nacional e irreversível.

A proposta de avaliação institucional da Andifes compreende tanto a auto-avaliação quanto a avaliação externa. Com uma duração média de 18 meses, combinando enfoques quantitativo e qualitativo, a avaliação institucional enfatiza os cursos de graduação, já que para os cursos de pós-graduação existe o sistema Capes (2), cuja avaliação por pares funciona, há várias décadas de forma bastante satisfatória. A proposta da avaliação institucional da Andifes compreende três etapas sucessivas: a auto-avaliação da universidade por seus segmentos constitutivos de professores e alunos; a avaliação externa por especialistas - ambas permitindo um diagnóstico valorativo das instituições - e uma terceira etapa que corresponde à implementação das medidas necessárias para elevar qualidade dos cursos.

Ademais, a Comissão de Avaliação da Andifes considerou que a conjuntura era propícia para a institucionalização do processo de avaliação, dada a disposição de parceria das autoridades responsáveis pela política de educação superior do país. A conjugação entre a auto-consciência de sua importância pelos dirigentes universitários, o compromisso do Ministro de Educação e do Desporto, Prof. Murílio de Avelar Hingel, de não vincular a avaliação com o financiamento das universidades federais e o princípio da adesão voluntária das instituições ao processo, foi decisiva para a posição adotada pela ANDIFES.

Paralelamente à ação dos Reitores, em meados de 1993, o Secretário de Educação Superior (SESu) do Ministério de Educação e do Desporto, Rodolfo Pinto da Luz, instituiu a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, sob a coordenação da Professora Maria José V. Féres, Diretora do Departamento de Política do Ensino Superior, com a função de coordenar e financiar a avaliação e institucionalizar a parceria com a Andifes, articulando os outros segmentos de universidades para participarem do processo nacional de avaliação. Representam estes segmentos a Abruem (Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais); a Abesc (Associação Brasileira das Universidades Católicas); a Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares) e os Foruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento e Administração e Extensão.

Reunida a Comissão Nacional de Avaliação, o projeto da ANDIFES foi também adotado pelos representantes das universidades estaduais, municipais, comunitárias, católicas e particulares, tornando-se o projeto nacional de avaliação institucional. A partir dessa decisão, foi lançado Edital convidando as universidades interessadas a apresentarem seus projetos para o período 1994/1995. Com a aprovação das melhores propostas de avaliação institucional pelo Comitê Técni-

co Assessor, composto de especialistas, apoiando-se em pareceres dois consultores "ad-hoc" por proposta, viabilizou-se, em fins de 1993, que mais de 55 universidades - 27 federais, 12 estaduais e municipais, 11 comunitárias e católicas e 6 de particulares - se lançassem no processo de avaliação.

O objetivo desse número especial é o de apresentar o Projeto de Avaliação Institucional da Andifes e uma amostra das experiências em desenvolvimento em algumas das mais importantes universidades brasileiras. Articulando dimensões teóricas e metodológicas, em diferentes graus de avanço concreto, os textos reunidos cobrem uma gama relevante de casos. Desde a precursora avaliação da Universidade de Brasília, o balanço da experiência bem sucedida da Universidade Estadual de Campinas até processos em curso em universidades públicas federais como Rio de Janeiro (Ufrj), Minas Gerais (Ufmg), Rio Grande do Sul (Ufrgs), Santa Catarina (Ufsc) e Paraná (Ufpr). Para enriquecer o painel foi incluída a experiência de uma instituição comunitária: a Universidade Católica de Campinas (Puccamp).

Esse perfil da avaliação brasileira mostra que o projeto de referência da Andifes não se constituiu numa camisa de força para as diferentes instituições que, respeitando o marco conceitual em suas linhas mestras, não hesitaram em incursionar por caminhos metodológicos e analíticos inovadores, enriquecendo cumulativamente o processo de avaliação institucional.

Hélgio Trindade

Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), Coordenador da Comissão de Avaliação da Andifes e Representante da Andifes junto à Comissão Nacional de Avaliação.

## Notas

- <sup>1</sup> José Dias Sobrinho (organizador), *Avaliação Institucional da Unicamp: Processo, Discussão e Resultados*, Campinas, SP, Unicamp, 1994, 403p.
- <sup>2</sup> Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério de Educação e do Desporto.